

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Graduação em Ciências Contábeis

Relação entre a Teoria dos Ciclos Político- Orçamentários e os Mandatos Eleitorais – Um
Estudo Empírico nos Municípios do Vale do Mamanguape - PB
Contabilidade e Setor Público

Amanda Maria Bezerra Falcão
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
amandamfalcao@hotmail.com
Dimmitre Morant Vieira Gonçalves Pereira
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
dimmitre.morant@academico.ufpb.br
Daniela Cíntia de Carvalho Leite Menezes
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
danielaccleite0808@gmail.com
Suellen Fabres
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
suellencamp@gmail.com

Resumo

Tendo como suporte a teoria dos ciclos políticos, este trabalho pretende analisar o comportamento das contas municipais dos municípios do vale do Mamanguape-PB, entre os anos de 2007 e 2018, a fim de detectar eventuais “comportamentos oportunistas” associados ao calendário eleitoral. A literatura aponta que os gestores aptos a concorrer à reeleição ou os partidos que buscam a recondução, tendem a manipular os gastos públicos nos períodos eleitorais. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa consistiu em averiguar a influência do mandato eleitoral sobre os gastos e investimentos públicos dos governos municipais da região do Vale Mamanguape. A amostra foi composta pelos 11 municípios da região, compreendendo o período de 2007 a 2018, analisando assim três eleições, 2008, 2012 e 2016. O ciclo eleitoral foi dividido em período pré e pós-eleitoral, sendo composto respectivamente pelo 3º e 4º ano de mandato e o outro pelo 1º e 2º ano de gestão. A pesquisa concluiu que independente do resultado da eleição, os gestores tendem a gastar mais com a despesa de investimento nos períodos pré-eleitorais e que os candidatos que buscam a reeleição tendem a gastar mais com esse grupo de contas. A variável Resultado Orçamentário Corrente sofreu um aumento nos períodos pré-eleitorais e contrariando a teoria, não comprometeu a reeleição do candidato e nem a recondução do partido. Portanto, em relação a essa variável, com essa análise não é possível determinar se esta tem uma influência significativa nos resultados das eleições. Essa pesquisa contribuiu com a literatura ao identificar que mandato eleitoral é capaz de influenciar os gastos públicos municipais nos períodos de eleição.

Palavras-chave: Teoria da Escolha Pública. Ciclos Político-Orçamentários. Mandatos Eleitorais. Gastos Públicos.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F178r Falcao, Amanda Maria Bezerra.

Relação entre a Teoria dos Ciclos Político-Orçamentários e os Mandatos Eleitorais-Um Estudo Empírico nos Municípios do Vale do Mamanguape - PB / Amanda Maria Bezerra Falcao. - Mamanguape, 2021.
12 f. : il.

Orientação: Dimmitre Morant Vieira Gonçalves Pereira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAIE.

1. Teoria da Escolha Pública. 2. Ciclos Político-Orçamentários. 3. Mandatos Eleitorais. 4. Gastos Públicos. I. Pereira, Dimmitre Morant Vieira Gonçalves. II. Título.

UFPB/CCAIE

CDU 657(043.2)

1 Introdução

A Teoria da Escolha Pública surgiu na década de 50 e veio para contestar a ideia romântica de que os governantes são pessoas que buscam servir à população com políticas públicas eficientes e eficazes que promovam o bem-estar social. Um dos primeiros precursores dessa teoria, o economista Downs (1957) afirma que todos os agentes públicos possuem funções sociais e motivações privadas, dessa forma, as pessoas exercem funções sociais visando seus fins privados e benefícios próprios.

Com o objetivo de explicar economicamente um fenômeno político, a Teoria da Escolha Pública tem se desenvolvido, e com isso surgiu o conceito dos ciclos políticos que “podem ser definidos como uma consequência da manipulação de variáveis econômicas diante de fatores de ordem política, ou seja, o comportamento da economia sendo influenciado pelo ambiente político” (Souza, Silva e Moraes, 2017).

Em relação aos ciclos políticos, surgiram duas linhas principais de estudo: a teoria dos ciclos político-econômicos e a teoria dos ciclos político-orçamentários. Segundo Ferreira e Bugarin (2007) a teoria dos ciclos político-orçamentários é um refinamento da teoria dos ciclos político-econômicos.

Com uma visão macroeconômica, o modelo de ciclos político-econômicos apresentado por Nordhaus (1975), busca através da Curva de Phillips evidenciar manipulações eleitoreiras feitas por parte dos gestores nas variáveis de inflação e desemprego. Nos ciclos político-orçamentários, Rogoff e Sibert (1988) sugerem que as manipulações devem ser observadas nos instrumentos de política fiscal, assim, o orçamento público e as demonstrações contábeis, passam a serem vistas como alvos de manipulações voltadas à maximização de votos.

Este trabalho parte da seguinte questão de pesquisa: os indicadores contábeis revelam a existência de ciclos político-orçamentários sobre os gastos públicos nos municípios do Vale do Mamanguape?

O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar se e de que forma o comportamento dos gastos públicos refletidos pelos indicadores contábeis afetam o resultado eleitoral nos municípios do Vale do Mamanguape. Quanto aos objetivos específicos pretende-se:

- (i) relacionar indicadores obtidos nas demonstrações contábeis dos municípios com as teorias dos ciclos políticos;
- (ii) (ii) verificar se as manipulações fiscais com fins eleitorais evidenciadas pelos indicadores surtiram efeito no resultado da eleição.

Uma das justificativas para o presente estudo é intenção de contribuir com o conhecimento sobre os ciclos político-orçamentários na região do Vale do Mamanguape. A segunda justificativa é o fato da escassez de trabalhos que levem em consideração as possíveis tentativas de manipulações fiscais em busca de benefícios eleitorais nos municípios dessa região. Foi encontrada na literatura pesquisa sobre essa temática em municípios da região nordeste, Souza, Silva e Moraes (2017) analisaram as despesas municipais e seus reflexos no ambiente político. Na presente pesquisa busca-se abranger uma região mais específica, identificando melhor as características próprias da região. Vicente e Nascimento (2012) tiveram como amostra os municípios brasileiros, os autores analisaram diversas variáveis apontando algumas delas como mais significativas, nesta pesquisa optou-se por duas delas buscando-se uma pesquisa mais enxuta e de melhor compreensão.

Para verificar os objetivos propostos, este trabalho considerou os dados contidos nos demonstrativos contábeis dos 11 municípios da região do Vale Mamanguape, sendo eles: Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedro Régis e Rio Tinto. A amostra se refere ao período entre os anos de 2007 e 2018, abrangendo assim três eleições: 2008, 2012 e 2016. Portanto, espera-se com este estudo aumentar o nível de compreensão sobre a manipulação fiscal feita pelos governantes em

períodos eleitorais e, verificar mediante a apresentação dos dados se há evidências que comprovem a existência de manipulações nas contas dos municípios da região e se essas influenciam na probabilidade de reeleição do candidato e ou de recondução do partido político do gestor.

O trabalho está organizado em cinco seções. Na segunda seção, seguinte a esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, na terceira seção encontra-se a metodologia utilizada na pesquisa. Na quarta seção apresenta-se os resultados com suas análises, e por último, na quinta seção, encerra-se com as conclusões finais.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Teoria dos Ciclos Político-Orçamentários

A Teoria dos Ciclos Políticos é de base fundamental para essa pesquisa pois, essa teoria é capaz de estabelecer a relação entre economia, política e eleição e mostra como os governantes podem agir por seus próprios interesses diante da busca por benefícios políticos. Um dos precursores dessa teoria, o economista Downs (1957) afirma que os governantes possuem funções sociais e motivações privadas, dessa forma os governantes estariam formulando políticas públicas com a intenção de ganhar votos.

Após analisar a Teoria dos Ciclos Políticos e relacioná-la com as variáveis de inflação e desemprego, Nordhaus (1975) contribuiu com a literatura com um dos primeiros estudos empíricos sobre a temática, surgindo neste momento a Teoria dos Ciclos político-econômicos. Com essa relação entre política e economia, a obra do autor analisa o trade-off entre inflação e desemprego, adotando que os eleitores são sensíveis a essas variáveis em relação às suas escolhas. Dessa forma, o autor reafirma a ideia de Downs (1957) de que os governantes são “oportunistas” nas suas escolhas na condução da gestão pública.

De acordo com Nordhaus (1975), os governantes estimulam a demanda agregada antes das eleições com o objetivo de impulsionar o crescimento e reduzir o desemprego e após o período eleitoral, os políticos buscam reverter essa situação com decisões que convertam os efeitos das políticas adotadas anteriormente, adotando uma política monetária mais restritiva buscando diminuir a inflação, aumentando assim o desemprego. Desse modo, ao analisar as variáveis macroeconômicas, o autor observa que há um ciclo econômico onde os pontos de inflexão coincidem com o calendário eleitoral.

Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) trazem uma nova concepção da Teoria dos Ciclos Políticos, apontando a política fiscal como instrumento de manipulação para angariar votos. Enquanto os ciclos político-econômicos baseiam suas análises na curva de Phillips, a teoria dos ciclos político- orçamentários defendida por esses autores traz que os instrumentos de política fiscal são utilizados para sinalizar a competência do governante, portanto, neste momento o orçamento público, as variáveis contábeis e a condução das contas públicas passam a ser vistos como alvos de manipulações feitas pelos gestores para ludibriar os eleitores e assim tentar aumentar as chances de reeleição ou recondução.

Nordhaus (1989) trouxe uma nova percepção em relação aos eleitores e governantes, classificando-os respectivamente em: “eleitor racional” e “eleitor típico” e governante “oportunista” e “idealista”. Onde o “eleitor racional” é aquele que diante das informações obtidas avalia o candidato conforme uma expectativa futura e o “eleitor típico” é aquele que irá avaliar o desempenho anterior do governante muitas vezes decidindo seu voto pelos acontecimentos mais recentes. O governante “oportunista” é aquele que escolhe políticas que maximizem suas chances de reeleição e os “idealistas” são aqueles que se mantêm alinhados a um ideal político e que não se corrompem em busca de se tornar popular entre o eleitorado.

Posteriormente, baseados na classificação de eleitores e governantes feitas por Nordhaus (1989), muitos autores assim como Blais e Nadeau (1991) relacionaram os governantes “oportunistas” com os eleitores “típicos”. Os autores mostraram em seus estudos que em anos eleitorais há um aumento nos gastos orçamentários e que esses gastos são alocados às despesas de maior visibilidade ao eleitorado.

Schuknecht (1998) afirma que as despesas de capital exercem maior influência sobre os eleitores e aponta como vantagem para o gestor por poderem ser direcionadas a um público alvo específico. Aponta ainda a questão da assimetria informacional, a falta de racionalidade dos eleitores e a limitação do acesso à informação como fatores benéficos para governantes que tendem a manipular suas contas objetivando a maximização de votos.

Galli e Rossi (2002) verificaram que os governantes fazem uso das informações assimétricas e manipulam as contas de forma a evidenciar sua competência, reduzindo os impostos e aumentando seus gastos e consequentemente, aumentando seu déficit fiscal.

Veiga e Veiga (2007) evidenciaram a redução nos impostos municipais e o aumento no déficit orçamentário em anos eleitorais e também identificaram que o comportamento oportunista se concentra nos investimentos já que se tratam de despesas mais visíveis ao eleitorado em períodos pré-eleitorais.

2.2 Teoria dos Ciclos Político-Orçamentários e Gastos Públicos no Brasil

Oliveira e Carvalho (2009) analisaram as características dos gastos públicos municipais dos municípios do estado do Rio de Janeiro procurando identificar um possível comportamento “oportunista” dos gestores no período compreendido entre os anos de 1998 e 2006. Os resultados obtidos apontam que os prefeitos realizaram superávits financeiros nos anos anteriores às eleições com o intuito de investir no ano eleitoral. Assim, sugerem que o calendário eleitoral exerce influência significativa sobre o comportamento dos prefeitos.

Vicente e Nascimento (2012), assim como Oliveira e Carvalho (2009) buscaram demonstrar como os indicadores contábeis podem estar relacionados ao comportamento “oportunista” dos governantes, porém diferentemente dos primeiros, esses buscaram verificar se essas manipulações tiveram sucesso em relação à recondução do grupo político aliado ao poder. A pesquisa abrangeu os municípios brasileiros considerando as eleições de 2000, 2004 e 2008. Os resultados da pesquisa apontam que há variáveis que permitem verificar efeitos de influência na probabilidade de recondução, de acordo com os autores a elevação do Resultado Orçamentário e do Resultado Orçamentário Corrente em anos eleitorais reduzem a probabilidade de recondução; a geração de caixa em anos eleitorais e pós-eleitorais elevam a probabilidade de recondução; o aumento do resultado financeiro em anos pré-eleitorais impactam positivamente nas chances de recondução; e a elevação das despesas de investimentos aumentam a probabilidade de recondução.

Klein e Sakurai (2015) tem sua pesquisa voltada à possibilidade da concorrência à reeleição, apontando este fato como um incentivo para o gestor a distorcer a política fiscal sobretudo em anos eleitorais. Os achados dos autores evidenciam que os gestores em primeiro mandato alteram a composição dos gastos públicos em direção às despesas de capital, especificamente os investimentos, e reduzem as despesas correntes.

Souza, Silva e Moraes (2017), a pesquisa desses autores buscou analisar a existência de manipulação fiscal nos municípios do nordeste brasileiro nas eleições de 2004 a 2012, analisando qual a influência da composição da despesa pública sobre a probabilidade de reeleição do grupo político do gestor. Os autores dividiram a pesquisa em duas partes, na primeira parte os autores analisaram a despesa pública pela sua natureza, utilizando como variáveis pessoal e encargos sociais, investimentos e outras despesas correntes como indicadores. A segunda divisão aborda os gastos públicos pela ótica das funções orçamentárias.

As evidências apontam que gastos com pessoal influenciam negativamente a probabilidade de recondução dos partidos enquanto que gastos em investimentos exercem influência positiva. Avaliando as funções orçamentárias, assim como Queiroz (2015), testou a ocorrência de ciclos políticos de acordo com as funções da despesa: administração, assistência social, saúde, educação, cultura, urbanismo, agricultura, transportes e desporto e lazer. A pesquisa concluiu que as únicas funções orçamentárias que influenciam a probabilidade de recondução são a função educação e a função desporto e lazer.

Gerigk e Ribeiro (2018), tiveram sua pesquisa voltada aos municípios brasileiros com menos de cinco mil habitantes, entre os anos de 2001 e 2012. Os autores buscaram analisar a influência de variáveis políticas sobre os gastos com investimentos. Os fatores políticos analisados foram: (i) ciclo político orçamentário; (ii) ideologia partidária; (iii) alinhamento político entre os pequenos municípios e os níveis superiores de governo; e (iv) competição política. Os resultados indicaram que os gastos com investimentos nos pequenos municípios foram influenciados pelos períodos eleitorais, entretanto, apresentaram maior aplicação de valores em anos de pleitos estaduais/federais. Em relação a ideologia partidária foi verificado que os partidos ideologicamente classificados como de centro e de direita aplicaram mais recursos em investimentos que os de esquerda. Em relação ao alinhamento político entre os municípios e os governos federal e estaduais, foi verificado que quando há o alinhamento há também um maior percentual de investimento no município.

Dias, Nossa e Monte-Mor (2018), investigaram a influência dos investimentos públicos sobre a recondução dos prefeitos nos municípios do Espírito Santo, entre os anos de 2001 e 2012. Os autores dividiram os ciclos em dois, período pós-eleitoral (1º e 2º ano de mandato) e pré-eleitoral (3º e 4º ano de mandato). Utilizaram como variáveis dependentes a reeleição e a recondução dos aliados políticos, e nas variáveis independentes analisaram se o candidato é do mesmo partido do presidente e/ou governador, a população do município, o Índice de Desenvolvimento Humano municipal, os Investimentos públicos (variação), Resultado orçamentário (variação), Receitas eleitorais e Capital político. Como resultado, os autores sugerem que os eleitores premiam os prefeitos que aumentam os percentuais de investimentos públicos em períodos próximos às eleições, as receitas eleitorais arrecadadas pelos prefeitos impactam nas chances de sua reeleição ou recondução de seus aliados e municípios de menor desenvolvimento humano tendem a reeleger.

Queiroz, Morais, Souza e Silva (2019), buscaram averiguar a influência do mandato eleitoral sobre os gastos públicos nos estados brasileiros, abrangendo o período de 2003 a 2014. As variáveis dependentes consistem nos gastos públicos estaduais, os autores classificaram as contas de acordo com a natureza da despesa, buscando identificar o fato gerador que ocasionou a saída dos recursos. Portanto foram analisados quatro grupos de despesa: pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras. As variáveis independentes foram: Primeiro Mandato (PM), Primeiro Mandato e Ano Eleitoral (PMAE) e Segundo Mandato e Ano Eleitoral (SMAE). Os autores concluíram que, independente do mandato, os governadores reduzem as despesas correntes e aumentam as de capital nos anos eleitorais, porém, há uma manipulação mais intensa nos governos de primeiro mandato. Analisando apenas a questão do mandato, percebe-se que os governadores em primeiro mandato despendem maior gasto com pessoal e menor com outras despesas correntes, investimentos e inversão financeira em relação aos governadores que estão no segundo mandato. Porém, ao analisar a variável primeiro mandato e ano eleitoral verificou-se maiores gastos percentuais com despesas de capital, se concentrando nos investimentos. Foi verificado ainda que, em ano eleitoral, independente de exercer o primeiro ou segundo mandato, o governador reduz os gastos com inversão financeira.

Morais e Queiroz (2020), buscaram identificar o ciclo político através de análise dos

gastos com educação e saúde nos municípios brasileiros, levando em consideração fatores políticos, como o ano eleitoral, o mandato e a mudança de gestor. A pesquisa buscou avaliar a relação entre o percentual da despesa com saúde e educação, respectivamente, e os serviços prestados à população por cada uma dessas áreas para assim estabelecer a eficiência desses gastos. A amostra da pesquisa abrangeu os anos de 2008 a 2016. Moraes e Queiroz (2020) concluíram que no primeiro mandato os gestores tendem a aumentar seus gastos em saúde e educação nos municípios. Em relação ao ano eleitoral e a mudança de prefeitos, estes fatores afetam negativamente o investimento em educação e saúde. Assim, os ciclos político-orçamentários são determinantes para a eficiência dos gastos com saúde e educação nos municípios brasileiros.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é classificada como descritiva nos seus propósitos pois, busca detectar as manipulações da política fiscal com fins eleitorais e de que forma essas manipulações são eficazes para o alcance dos resultados eleitorais desejados, através de uma abordagem quantitativa ela também é dedutiva, uma vez que parte da estrutura conceitual dos ciclos políticos para se testar, analisar e explicar os efeitos desses ciclos. Quanto aos procedimentos técnicos, é uma pesquisa bibliográfica e documental, pois houve uma busca de referencial teórico em artigos.

A coleta de dados foi feita nos sites da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No site do STN foi possível encontrar as demonstrações contábeis anuais e a execução orçamentária dos municípios. Em relação aos dados eleitorais (reeleição, recondução dos aliados políticos do candidato etc.) utilizou-se o Banco de Dados das Eleições fornecido pelo TSE .

As variáveis contábeis utilizadas foram o Resultado Orçamentário Corrente (ROC) e as despesas com investimentos. Assim como na obra de Vicente e Nascimento (2012), as variáveis analisadas foram utilizadas na forma de quocientes, esta maneira foi utilizada para se evitar a utilização de índices de correção em termos monetários e também as diferenças de tamanho entre os municípios. Assim, o quociente do ROC foi representado pelo quociente entre o total de receitas correntes e o total das despesas correntes, dessa forma:

$$ROC_{p.g.} = \frac{Rec.Cor.p.g.m_1 + Rec.Cor.p.g.m_2 + \dots}{Desp.Cor.p.g.m_1 + Desp.Cor.p.g.m_2 + \dots}$$

Legenda:

ROC: Receita Orçamentária Corrente

Rec Cor: Receita corrente

Desp Cor: Despesa corrente

p: período (pré ou pós)

g: grupo (reeleição, recondução, novo mandato)

m: município

Enquanto que as despesas com investimentos foram representadas pelo valor das despesas com investimentos em relação às despesas totais do exercício. Assim:

$$Índice.Invest_{p.g.} = \frac{Desp.Invest.p.g.m_1 + Desp.Invest.p.g.m_2 + \dots}{Desp.Total.p.g.m_1 + Desp.Total.p.g.m_2 + \dots}$$

Legenda:

Índice Invest: Índice investimento

Desp.Invest: Despesa investimento

Desp Total: Despesa total
p: período (pré ou pós)
g: grupo (reeleição, recondução, novo mandato)
m: município

Para análise do ciclo eleitoral, tomou-se como referência o trabalho de DIAS, NOSSA, e MONTE-MOR (2018) onde o ciclo eleitoral foi analisado em dois períodos, anos pós eleitoral (primeiro e segundo ano de mandato pós eleição) e anos pré eleitorais do mandato (terceiro e quarto ano de mandato, sendo o quarto ano o respectivo ano de eleição). Conforme figura abaixo:

Figura 01- Períodos Eleitorais



Fonte: Dias, Nossa, e Monte-mor (2018)

Com os dados obtidos buscou-se verificar o comportamento e evolução das variáveis nos períodos pré e pós eleições. Os dados foram dispostos de modo que cada variável foi segregada em relação ao período do ciclo eleitoral a que ela se refere para assim analisar a efetividade das manipulações fiscais com fins eleitorais.

A pesquisa teve como amostra os municípios do Vale do Mamanguape, localizado no litoral Norte do estado da Paraíba. A região é composta por 11 municípios, sendo eles: Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedro Régis e Rio Tinto. A escolha desse local de pesquisa deve-se ao fato do conhecimento e proximidade com a região além do fácil acesso e disponibilidade de dados tomados como referência para pesquisa. A amostra se refere ao período entre os anos de 2007 e 2018, abrangendo assim três eleições: 2008, 2012 e 2016. Os dados tomados como base para a pesquisa foram coletados entre os meses de agosto e novembro de 2021.

A relação entre as coligações não foi analisada pois, dentre os anos analisados houve situações em que o TSE não disponibilizou essa informação. Dentro das variáveis contábeis analisadas, o ROC do ciclo eleitoral de 2016 foi desconsiderado da análise pois, o STN não disponibilizou informações sobre os valores das receitas dos municípios neste ano.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

Nesta seção são apresentados e analisados os resultados obtidos com a pesquisa empírica. Inicialmente foi apresentado uma tabela com os dados dos resultados eleitorais do período analisado e posteriormente, dividido em duas subseções, foram expostos os resultados correspondentes às duas variáveis contábeis analisadas, exibidas em dois gráficos distintos e seguidas das devidas explicações com base na literatura tomada como referencial teórico.

Na tabela abaixo é possível visualizar os resultados das eleições dos anos específicos da pesquisa, onde verifica-se se houve reeleição do candidato, recondução de partido ou se houve mudança de poder, dando lugar a uma nova gestão.

Tabela 01 – Resultados Eleitorais

Municípios	2008	2012	2016
Baía da Traição	Reeleição	Recondução	Novo Mandato
Capim	Reeleição	Novo Mandato	Novo Mandato
Cuité de Mamanguape	Novo Mandato	Recondução	Novo Mandato
Curral de Cima	Novo Mandato	Reeleição	Novo Mandato
Itapororoca	Novo Mandato	Reeleição	Recondução
Jacaraú	Reeleição	Novo Mandato	Recondução
Mamanguape	Novo Mandato	Reeleição	Novo Mandato
Marcação	Reeleição	Novo Mandato	Novo Mandato
Mataraca	Novo Mandato	Novo Mandato	Novo Mandato
Pedro Régis	Reeleição	Recondução	Reeleição
Rio Tinto	Reeleição	Recondução	Novo Mandato

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

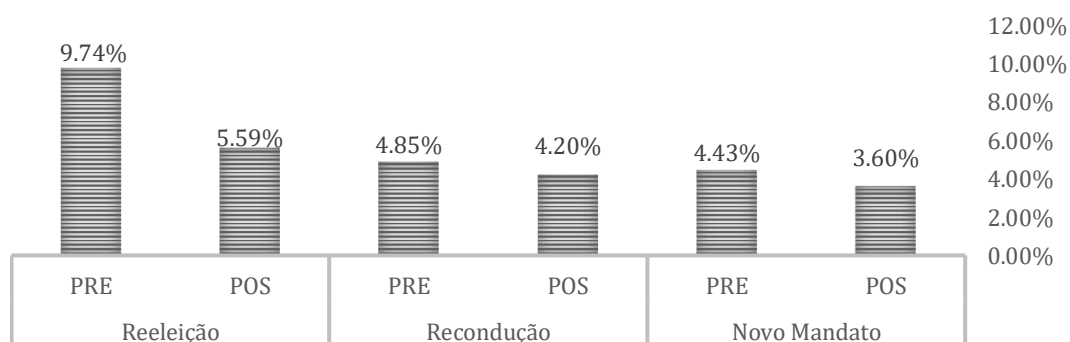
Para evidenciar o impacto dos investimentos públicos e do ROC na probabilidade de reeleição ou recondução de partido, as variáveis foram analisadas de acordo com o resultado da eleição onde, os municípios foram divididos em 3 grupos: um grupo é composto dos municípios que obtiveram êxito na reeleição de seu candidato, o outro grupo dos municípios que obtiveram a recondução como resultado da eleição e o último grupo os dos municípios que não tiveram reeleição ou recondução no ano eleitoral, chamados de Novo Mandato.

4.1 Despesa com Investimento

A despesa com investimento é apontada na literatura como uma conta alvo das manipulações fiscais por serem vistas como gasto capaz de melhorar a imagem dos gestores e por serem mais perceptíveis à sociedade. Os resultados de pesquisas anteriores mostram que a elevação dessa conta em períodos pré-eleitorais está associada a maiores porcentagens de votos aumentando a probabilidade de recondução. Portanto, espera-se um aumento dessa variável nos períodos pré-eleitorais e que ela tenha uma variação maior no grupo reeleições.

No gráfico 01, é possível verificar a variável investimento (invest/desp.tt) nos períodos pré e pós-eleitoral nos anos em que houve reeleição, recondução e nos anos em que houve mudança de poder. Na análise é possível verificar que os gestores tendem a aumentar as despesas com investimentos nos períodos pré-eleitorais. Também é possível notar que nos ciclos em que há reeleição ou recondução de partido, esse aumento do coeficiente invest/desp.tt no período pré-eleitoral apresenta um aumento percentual maior que nos ciclos em que há mudança de gestão. Verifica-se também que nos ciclos em que há reeleição a variável invest/desp.tt apresenta uma variação maior que nos ciclos em que há recondução.

Gráfico 01 – Nível de despesa com investimento pré e pós eleição



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Assim como as pesquisas que abrangem esse tema na literatura, os resultados encontrados para a variável investimentos apresentaram uma relação positiva, indicando que os municípios que gastaram um percentual maior da despesa orçamentária com investimentos possuem maior probabilidade de reeleição e/ou recondução. E ainda, é possível verificar também que nos ciclos em que há reeleição eles tendem a desprender um montante ainda maior nas despesas de investimento do que nos períodos em que há apenas recondução.

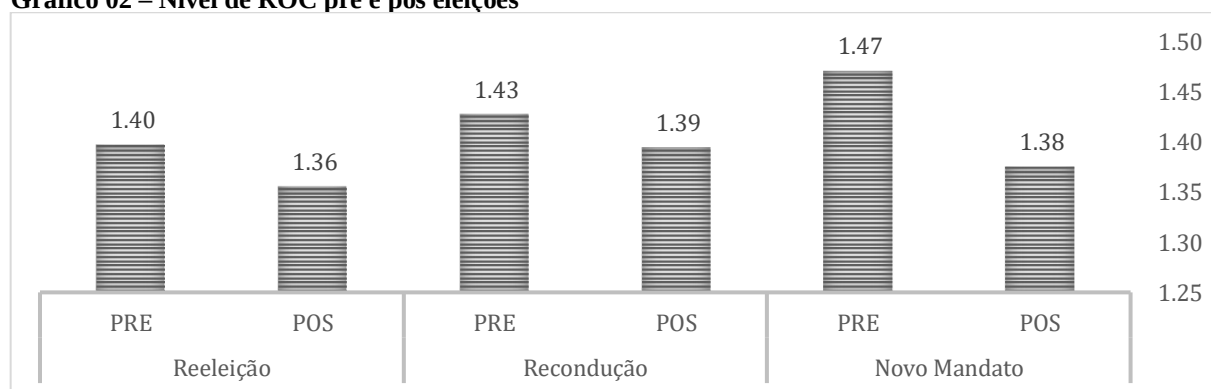
A evolução dessa variável confirma as afirmações de Schuknecht (1998) e demais autores, no sentido de que as despesas de investimento são bem vistas pelos eleitores. Assim, o aumento das despesas de investimentos nos anos pré-eleitorais exerce influência positiva na reeleição e na recondução.

4.2 Resultado Orçamentário Corrente

No tocante à variável ROC, foi tomada como referência a pesquisa e sugestão teórica de Vicente e Nascimento (2012), que de acordo com os autores “o efeito esperado desse indicador em relação aos ciclos político-orçamentários é que o governante diminua o ROC em anos eleitorais devido ao aumento excessivo de despesas correntes destinadas aos serviços públicos, como forma de sinalizar a sua competência administrativa”.

Portanto, para análise dessa variável os resultados foram expostos no gráfico 02, demonstrando a relação do ROC com os resultados eleitorais. Devido à falta de informação das receitas no ano de 2016 o resultado no período pré e pós eleitoral dessa variável neste ciclo eleitoral foi comprometido, assim, o ciclo de 2015 a 2018 foram desconsiderados.

Gráfico 02 – Nível de ROC pré e pós eleições



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

De acordo com a literatura, a elevação do Resultado Orçamentário Corrente em anos eleitorais reduz a probabilidade de reeleição/recondução. A justificativa para esse fato seria que para haver um aumento do ROC, as receitas orçamentárias correntes devem ser superiores às despesas orçamentárias correntes, para isso ocorrer deve haver uma elevação das receitas de tributos e de outras receitas correntes e/ou redução das despesas correntes, ambos não são bem aceitos pelos eleitores.

Nos ciclos analisados o ROC sofreu um aumento nos períodos pré-eleitorais e mesmo assim não comprometeu a reeleição do candidato e nem a recondução do partido. Nas situações de mudança de gestão, o valor do ROC no período pré-eleitoral teve uma diferença maior em relação ao período pós-eleitoral se comparado às situações de reeleição e recondução, porém, com essa análise não é possível determinar que essa variável possui grande influência nos resultados das eleições.

5 Considerações finais

Os resultados do estudo são aderentes a pesquisas anteriores que apontam para a existência de manipulação fiscal na composição dos gastos públicos em períodos eleitorais, essa pesquisa buscou averiguar qual a influência dessa composição sobre a probabilidade de reeleição e/ou recondução do grupo político.

O estudo restringiu-se aos municípios da Região do Vale do Mamanguape, portanto, a amostra da pesquisa conta com 11 municípios, e compreende o período de 2007 a 2018, abrangendo neste caso, três ciclos eleitorais, que foram divididos em período pré e pós-eleitoral. As evidências aqui obtidas podem não representar a realidade dos demais municípios. Por ser um estudo que avaliou apenas as informações referentes a três eleições, isso não permite afirmar que essas evidências são comuns nas eleições anteriores e ainda, por ter sido utilizado apenas a variável investimento público e o ROC, não podemos afirmar com veemência que os gestores buscam manipular as contas em busca de benefícios políticos.

Baseada nas análises feitas, essa pesquisa concluiu que os indicadores contábeis revelam um maior volume de gastos municipais com investimentos em períodos eleitorais, e que os gestores que buscam a reeleição tendem a gastar mais com esse grupo de contas. A variação aumentativa nos investimentos ocorre justamente nos períodos pré-eleitorais, por serem considerados gastos que são mais perceptíveis pela sociedade. O resultado da análise dessa variável, especificamente, está alinhado com a literatura que aborda sobre essa temática.

Em relação à segunda variável analisada, o ROC, a teoria de Vicente e Nascimento (2012) traz que a elevação desta em anos eleitorais influencia negativamente as chances de recondução, porém, nos ciclos analisados na pesquisa, o ROC sofreu um aumento nos períodos pré-eleitorais e apesar disso não comprometeu a reeleição do candidato e nem a recondução do partido. Nas situações de mudança de gestão, o valor do ROC no período pré-eleitoral teve uma diferença maior em relação ao período pós-eleitoral se comparado às situações de reeleição e recondução, porém, com essa análise não é possível determinar que essa variável possui grande influência nos resultados das eleições.

Recomenda-se, em estudos futuros, a ampliação do número de variáveis contábeis a serem analisadas para melhor compreensão do possível processo de manipulação nas contas públicas provocadas pelos gestores da região. E, além disso, por esta pesquisa ter encontrado um resultado diferente da teoria em relação a uma das variáveis, recomenda-se que para a análise do ROC busque-se analisar detalhadamente as variações dentro das Receitas e despesas correntes e não apenas os seus valores totais.

Referências

Blais, A.; Nadeau, R. The electoral budget cycle. *Public Choice*, v. 74, p. 389-404, 1991.

Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Dias, B.P.; Nossa, V.; Monte-mor, D.S. O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de administração pública*. Rio de Janeiro 52(5):880-898, set. - out. 2018.

Downs, A. Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, v.65, n 2, p.135-150, 1957.

Ferreira, I. F. S.; Bugarin, M. S. Transferencias Voluntarias e Ciclo Politico-Orçamentario no Federalismo Fiscal Brasileiro. *RBE Rio de Janeiro* v. 61 n. 3 / p. 271–300 Jul-Set 2007.

Galli, E.; Rossi, E. P. S. Political budget cycles: The case of the Western German Länder. *Public Choice*, v. 110, p. 283-303, 2002.

Gerigk, Willson; Ribeiro, Flávio. Investimentos públicos e fatores políticos nos pequenos municípios brasileiros: o que é relevante?.*Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337 Blumenau, v. 14, n. 4, p. 68-92, out./dez., 2018 doi:10.4270/ruc.2018428 Disponível em: www.furb.br/universocontabil

Heine, K.; Mause, K. Policy Advice as an Investment Problem. *KYKLOS*, v. 57, n. 3, p. 403-428, 2004.

Klein, F. A. & Sakurai, S. N. (2015) Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a Young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37(1), 21-36.

Morais, Livia Maria Freire de; Queiroz, Dimas Barreto de. Fatores políticos e a eficiência dos gastos públicos com educação e saúde: um estudo nos municípios brasileiros. In: Congresso Apcont, XIV, 2020, Foz do Iguaçu.

Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The Review of Economic Studies*. 42 (2), 169-190.

Nordhaus, W. D. Alternative approaches to the political business-cycle. *Brookings Papers on Economic Activity*. v. 2, p. 1-68, 1989.

Oliveira, Kleber Vasconcellos; Carvalho, Frederico Antonio Azevedo. A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período 1998-2006. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 3, n. 5, p. 121-141, 2009.

Queiroz, Dimas Barrêto de; Moraes, Livia Maria Freire de; Souza, Arthur Guilherme Silva Ferreira de; SILVA, Vanessa Karla Rebouças da. Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, vol. 11, núm. 2, 2019. Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351558326008>

Rogoff, K. & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The Review of Economic Studies*. 55 (1), 1-16.

Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Review*. 80 (1), 21-36.

Schuknecht, L. Fiscal Policy Cycles and public expenditure in Developing Countries. *WTO working paper*, 1998.

Souza, Arthur Guilherme Silva Ferreira de; Silva, Vanessa Karla Rebouças da; Moraes, Livia Maria Freire de. Composição dos Gastos Públicos e Resultados Eleitorais: Um Estudo nos Municípios do Nordeste Brasileiro. In: Congresso UNB de contabilidade e governança, III, 2017, Brasília.

Veiga, L. G. & Veiga, F. J. (2007b) Political business cycles at the municipal level. Public Choice, 13(1), 45-64.

Vicente, Ernesto Fernando Rodrigues; Nascimento, Leonardo Silveira do. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 14, p. 106-126, 2012.